



## **ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024**

### **PROPOSTAS PROGRAMÁTICAS DO PSTU PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**

**CANDIDATO A PREFEITO : SAULO ARCANGELI  
CANDIDATA A VICE-PREFEITA : JACIARA CASTRO**

### **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>P. 02</b>
<b>CONSELHOS POPULARES .....</b>	<b>P. 04</b>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL .....</b>	<b>P. 05</b>
<b>MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO .....</b>	<b>P. 06</b>
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA .....</b>	<b>P. 07</b>
<b>TRABALHO E RENDA .....</b>	<b>P. 08</b>
<b>POLÍTICA FISCAL, ORÇAMENTO E DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>P. 09</b>
<b>PROTEÇÃO DA NATUREZA E COMBATE À POLUIÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>P. 12</b>
<b>SAÚDE PÚBLICA .....</b>	<b>P. 14</b>
<b>EDUCAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>P. 16</b>
<b>HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO .....</b>	<b>P. 18</b>
<b>SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS .....</b>	<b>P. 20</b>
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>P. 21</b>
<b>CULTURA POPULAR .....</b>	<b>P. 24</b>
<b>COMBATE À OPRESSÃO CONTRA MULHERES, NEGROS(AS) E LGBTQIAP+ .....</b>	<b>P. 25</b>
<b>ESPORTE E LAZER PARA OS TRABALHADORES(AS) E A JUVENTUDE</b>	<b>P. 26</b>
<b>TURISMO INCLUSIVO, CULTURAL E COMUNITÁRIO.....</b>	<b>P. 27</b>



## **APRESENTAÇÃO**

### **PRA PREFEITURA DE SÃO LUÍS É SAULO ARCANGELI E JACIARA CASTRO. UMA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E SOCIALISTA PARA ENFRENTAR OS BILIONÁRIOS CAPITALISTAS!**

O governo municipal, mesmo com sua relação direta com políticas implementadas pelos governos estadual e federal, tem uma grande importância na vida da população da cidade de São Luís. É na cidade onde se concretiza a produção, a circulação, o consumo e a distribuição da riqueza social.

O PSTU em São Luís, nestas eleições da capital do Maranhão, coloca a disposição da classe trabalhadora e da população pobre da cidade o nome do professor, servidor público, sindicalista e membro do Conselho da Cidade de São Luís Saulo Costa Arcangeli para Prefeito e para vice-prefeita a empregada pública da CAEMA e ativista do movimento de mulheres, como uma alternativa de oposição de esquerda, socialista e revolucionária para enfrentar os bilionários capitalistas, seus governos, como de Eduardo Braide (PSD), e construir uma São Luís dos trabalhadores e trabalhadoras apoiada democraticamente em Conselhos Populares eleitos em cada local de moradia, trabalho e estudo para Governar a cidade.

Todos nós aqui sabemos que será uma disputa muito difícil, porque vai se dar em condições muito desiguais e pouquíssimo democrática, sem tempo oficial de TV e rádio, distribuição desproporcional do fundo público eleitoral e limitação de participação em debates. Vamos disputar com os projetos de candidatos da direita tradicional, representado, por exemplo, pelo atual prefeito Eduardo Braide (PSD), e com uma frente amplíssima, em uma aliança apoiada pelo PL de Bolsonaro, PP de Lira e o PT de LULA da candidatura de Duarte Júnior (PSB). Todos eles irrigados com muito dinheiro, apoiados pelas máquinas públicas municipal e estadual, assessorias, uma máquina eleitoral muito rica e poderosa.

No campo progressista da esquerda, disputaremos com o projeto do PSOL pelo país, inclusive em São Luís, que se acomoda na institucionalidade e dá sustentação aos ataques à classe trabalhadora provenientes do governo LULA que reduz investimentos nas áreas sociais (educação, saúde, trabalho, transporte, políticas de combate à opressão e serviço público) com o arcabouço fiscal e contingenciamento de bilhões do orçamento, privilegia o agronegócio com o plano Safra recorde para esse setor em detrimento da agricultura familiar e que amplia a violência contra os trabalhadores do campo e faz crescer o trabalho escravo, não avança na



demarcação de terras indígenas e nem titula terras quilombolas, desrespeita os servidores públicos e dá uma reajuste zero em 2024 para a educação federal e outras categorias e tenta criminalizar a greve dos que se mobilizam, como no caso do Ibama e trabalhadores previdenciários.

Temos a opinião que só combatemos e derrotamos a ultradireita nas ruas e mantendo a pauta da classe trabalhadora. Não será nos aliando com a própria ultradireita ou escondendo para debaixo do tapete os ataques que o governo petista impõe à nossa classe que conseguiremos cumprir esta tarefa.

O que nos fortalece no processo eleitoral é a certeza que o programa que temos para o mundo, para o Brasil e para a cidade de São Luís, é fruto da realidade vivida pela classe trabalhadora. Por isso, apresentamos as suas reivindicações para resolver os problemas que vivemos e não recuamos em denunciar os culpados, que são os capitalistas e os políticos e gestores a serviço destes que buscam apenas os lucros e passam por cima das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, enquanto expropriam toda a riqueza produzida por nossa classe, principalmente os setores mais explorados e oprimidos que são excluídos do direito à cidade e das políticas públicas oferecidas.

As propostas programáticas que o PSTU apresenta têm por objetivo combater a desigualdade social e garantir que essa maioria possa ocupar, apropriar-se da cidade, ter poder de controle e de decisão para garantir uma vida digna. Precisamos de uma São Luís para a maioria da população, particularmente para as trabalhadoras e trabalhadores e os setores populares, que são os que, de fato, constroem cotidianamente toda a riqueza social, vivem em condições mais precárias e são excluídos das decisões sobre suas vidas.

E vamos chamar toda classe trabalhadora, partindo dos mais oprimidos, dos mais pobres, dos operários, da juventude, dos que estão no combate ao racismo, a LGBTfobia, ao machismo e a xenofobia a resolver, de forma coletiva, esses problemas e mudar essa realidade, garantindo uma vida digna, com emprego, salários, educação e saúde públicas e gratuitas, moradia, saneamento básico e abastecimento de água e de uma mobilidade urbana inclusiva, com um transporte público de qualidade e 100% estatal.

Assim, pensamos estar dando um passo importante em direção à construção de uma sociedade mais justa, igualitária, governada pelos trabalhadores, enfim, uma sociedade socialista.



## **CONSELHOS POPULARES**

O PSTU propõe governar apoiado e controlado por um Conselho Popular Municipal deliberativo. O Conselho Popular Municipal será formado por representantes dos trabalhadores e trabalhadoras e da juventude, eleitos diretamente e que, em sua composição, agrupe sindicatos, organizações culturais, centros e diretórios acadêmicos estudantis e organizações populares de bairro (associações, clubes de mães etc...) para elaborar, a partir de suas reivindicações, políticas públicas para a cidade. Por exemplo, o sindicato ou associação de moradores de bairro faz uma assembleia e escolhe o representante no Conselho Popular Municipal de São Luís.

O Conselho será um instrumento de mobilização e de defesa dos interesses da população. Será a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores e da juventude e, nesse sentido, será um organismo que permitirá a participação direta do povo nas decisões da administração. Para cumprir seus fins, deve ser expressão da independência de classe, isto é, não deve admitir a participação de partidos burgueses, grandes empresários, entidades patronais ou políticos que os representem.

Esses representantes não receberão pagamento para isso e terão mandatos revogáveis, ou seja, poderão deixar de ser representantes a qualquer tempo, se essa for a vontade daqueles que os elegeram.

No Conselho Popular Municipal de São Luís, haverá definições do orçamento a ser utilizado por setor de serviços, como Habitação, Mobilidade Urbana, Saúde, Educação, Meio Ambiente e Saneamento, Cultura e outros que os trabalhadores acharem necessários. Também haverá Conselhos por bairro/comunidade, para debater e fazer propostas específicas sobre essas regiões ou sobre assuntos que lhes afetem de alguma forma.

O Conselho Popular Municipal trabalhará juntamente com a Administração e a Câmara Municipal de São Luís, funcionando como um canal de ligação direta entre a comunidade, o legislativo e a prefeitura municipal de São Luís.

Mas, defendemos que a decisão final caberá ao Conselho Popular Municipal, que deverá deliberar sobre as políticas públicas e sobre o orçamento municipal. O Prefeito deve se comprometer em acatar suas decisões, mesmo que não concorde com elas, pois a vontade da maioria do povo é o que será privilegiada no nosso governo.

Só assim, o direito à cidade deixará de ser privilégio de alguns e passará a ser de sua



maioria, que hoje é excluída, não tem acesso a serviços básicos e não participa da construção e desenvolvimento social de sua cidade.

Como nosso governo será a partir do Conselho Popular Municipal, destacamos a seguir o que defendemos em cada setor e política pública em nosso programa de forma permanente e que fará parte do debate a ser aprofundado na cidade durante a gestão do PSTU do município de São Luís.

## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Quando as autoridades governamentais que passaram ou estão na prefeitura de São Luís falam em desenvolvimento econômico, em geral se referem à indústria, ao comércio, aos bancos, às atividades portuárias e toda infraestrutura relacionada ao agronegócio e demais bens básicos para exportação, como minérios, celulose, grãos, dentre outros. Focam seus conceitos e análises nos investimentos, na produção, nas vendas, no volume dos negócios, no faturamento, nos lucros etc.

A principal preocupação, portanto, não é o desenvolvimento em termos humanos e sociais, ou seja, se a atividade econômica gerou mais empregos; se os salários pagos são compatíveis com as mínimas necessidades humanas; se existe uma ocupação igualitária do espaço urbano por parte da população em termos de moradia, mobilidade urbana e infraestrutura urbana; se o direito à educação e à saúde pública está sendo garantido com qualidade; enfim, se a atividade econômica desenvolvida na cidade está servindo para melhorar o nível e a qualidade de vida da maioria da população.

Assim, quando a economia cresce e a empresa mantém sua competitividade, os empresários comemoram os altos lucros auferidos. Mas quando a economia se retrai, ou uma empresa perde posição no mercado, logo tratam de se salvar penalizando o resto da sociedade, em particular dos que vivem do trabalho e os mais necessitados.

O discurso inicial de que uma empresa se instala num determinado lugar com o objetivo de gerar empregos, logo se revela como farsa, não passando da busca pura e simples do lucro. Essa situação pode ser observada nos empregos gerados pelas atividades primárias semi-industriais, que, conforme o IBGE/2023, geram em torno de 5% dos empregos formais na cidade de São Luís. Além disso, são atividades que atacam a natureza e o conjunto de atividades tradicionais de extrativismo, principalmente da pesca, da agricultura familiar e a



criação de pequenos animais para a reprodução e garantia de trabalho e renda para a população e consumo dos nossos munícipes, a partir das feiras e mercados.

O PSTU não confunde crescimento econômico com desenvolvimento social. Por isso, defende que toda atividade econômica desenvolvida na cidade deva estar voltada para melhorar o nível e a qualidade de vida da maioria da população e não para atender os interesses de uma minoria, ou seja, de determinadas corporações econômicas nacionais e transnacionais a serviço do capital internacional. O direito ao lucro não pode estar acima do direito ao trabalho, à renda e à vida!

## **MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO**

Em relação ao Plano de Mobilidade Urbana aprovado em 2017, sem discussão com a sociedade, mesmo com todas suas debilidades, não foi implementado pelos prefeitos Edivaldo Holanda Júnior e Eduardo Braide. Na contramão desse plano, que define pela priorização do transporte público coletivo sobre o transporte individual e os modos de transporte não motorizados sobre os motorizados, as intervenções dos prefeitos priorizaram os veículos individuais automotores, como o recente Trânsito Livre do prefeito Eduardo Braide.

Algumas outras prioridades não são cumpridas pelos gestores municipais, como : a implantação de pistas de rolamento ou faixas de trânsito que determinem a prioridade à circulação do transporte coletivo e o uso do sistema cicloviário (São Luís possui apenas 40 km de ciclovias, sem conexão – quarta pior do país), composto de ciclovias e ciclofaixas e áreas de estacionamento de bicicletas e a garantia de acessibilidade plena para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Como consequências negativas dessa política destacamos:

- Aumento da frota de carros em circulação;
- Um trânsito cada vez mais congestionado e poluidor;
- Um transporte coletivo totalmente insuficiente, com péssimos serviços oferecidos (ônibus antigos, frota insuficiente, ausência de paradas adequadas, falta de acessibilidade) e extremamente caro para a população;
- Contrato de concessões subsidiadas pelo poder público que favorecem determinadas empresas de ônibus cujo único objetivo é o lucro fácil e rápido e não a qualidade do serviço prestado à população.

É preciso mudar a realidade, de forma a permitir que a maioria da população possa ter acesso a um transporte público coletivo estatal de ampla abrangência, não poluente e sem



custos.

### **Defendemos uma mobilidade urbana inclusiva e acessiva :**

- Criar a Companhia Municipal de Transporte Público, que vai absorver os atuais empregados do transporte, garantindo salários e direitos, e a volta da função de cobrador;
- Criação de abrigos adequados (paradas de ônibus) e faixas exclusivas de ônibus, redutores de velocidade, calçadas, faixas de travessia de pedestres;
- Implantação de ciclofaixas e ciclovias nas avenidas e planejamento imediato para o meio de transporte com maior crescimento em São Luís, que são as motocicletas;
- Fixar os horários dos ônibus e das linhas em número suficiente, principalmente para os bairros da periferia e comunidades da zona rural de São Luís, desassistidas em relação à frota de ônibus;
- Combate ao assédio sexual dentro dos ônibus;
- Implantar o Passe livre para estudantes, e desempregados(as);
- Reduzir o preço da passagem de ônibus e viabilizar a implantação da tarifa zero para toda a população, a partir da estatização do sistema de transporte;
- Implementar BRT's e estudos para implantação de VLT's;
- Construir ciclovias interconectadas que garantam a segurança da população usuária dessa modalidade de transporte.

### **ESGOTAMENTO SANITÁRIO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Segundo o Instituto Água e Saneamento, a partir dos dados do IBGE(2021), 50,15% da população de São Luís não têm esgotamento sanitário, sendo que apenas 23,2% de seu esgoto são manejados de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 44,31% são coletados mas não são tratados e 32,48% não são tratados nem coletados. Grande parte desse esgoto é jogado sem tratamento nos rios e no mar.

O sistema de abastecimento de água em São Luís é bastante precário. Quando chega a água potável em sua residência, a população sofre com a irregularidade, geralmente um dia sim e outro não (na melhor das hipóteses), prejudicando imensamente a maioria da população que não tem recurso financeiro para garantir abastecimento por carro-pipa como acontece com a população da classe média e alta da nossa cidade.

Conforme estudos recentes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico



(ANA), São Luís tem uma tendência de esgotamento das suas águas subterrâneas na próxima década diante da impermeabilização de suas áreas de aquíferos (lençóis freáticos) de onde hoje é retirado 60 % do abastecimento de água de São Luís através de poços artesianos. Além disso, o Sistema Italuís, de onde vem o restante do abastecimento de água, encontra-se saturado, com vários problemas, inclusive de perda considerável de água no trajeto do sistema até a água chegar nas residências.

### **Defendemos:**

- Exigir da CAEMA, com urgência, a revisão da rede de distribuição de água da cidade, garantindo o abastecimento diário e permanente à população;
- A prefeitura não irá privatizar o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da cidade de São Luís;
- Programas rígidos de proteção e recuperação de mananciais, reciclagem de águas, captação e aproveitamento de águas pluviais;
- Resíduos: coleta seletiva de lixo em todo o município, com incentivos para ampliar e viabilizar a reciclagem e gerar emprego e renda aos catadores e catadoras de lixo;
- Exigência de tratamento de 100% de esgoto da cidade por parte da CAEMA.

## **TRABALHO E RENDA**

As transformações nas relações e condições de trabalho são frutos das contradições inerentes ao capitalismo, que acontece de forma desigual, com ritmos diferentes nas regiões, mas de forma combinada para a ampliação dos lucros e da acumulação capitalista, acarretando aumento da produtividade, aumento da jornada de trabalho, redução de empregos e salários, flexibilização das relações laborais e uma alta rotatividade, que amplia o exército de reserva, fazendo com que o trabalhador seja empurrado para a informalidade do trabalho.

A região metropolitana de São Luís, principal centro econômico do estado, tem um PIB de 36 bilhões, sendo 1/3 do PIB maranhense, conforme dados do IBGE- Cidades e Estados/2021. É considerada a quarta cidade mais rica do Nordeste, mas com uma taxa de pobreza de 45,6% da população, conforme dados do Boletim de Desigualdade de Metrôpoles (edição nº 13/2023).

Esse cenário desmascara que a cidade é para todos e todas, uma promessa muito presente nos discursos de quem controla a gestão municipal. A cidade de São Luís permanece





sendo para uma pequena minoria que ganha muito dinheiro, enquanto a maioria da população vive em situação cada vez mais precária.

Mesmo compreendendo que a mudança desse cenário envolve políticas federais e estaduais, entendemos que a gestão municipal tem uma responsabilidade imensa e que, a partir do Conselho Popular Municipal, criará formas de melhorar a qualidade de vida da população desassistida e excluída da riqueza gerada em sua cidade.

### **Defendemos:**

- Um amplo programa de obras públicas municipais para geração de emprego à população com construção de casas e universalização do saneamento básico, hospitais de média e alta complexidade, escolas, creches, asfaltamento, ciclovias e instrumentos públicos para garantia de mobilidade urbana, infraestrutura urbana em todas as favelas, bairros, comunidades periféricas e na zona rural de São Luís;
- Abertura de concursos públicos para todas as áreas, principalmente de educação, saúde, assistência social, transporte e mobilidade urbana;
- Adoção de uma política alimentar que inclua a implantação de um centro de abastecimento no município, com incentivo para a produção local, garantindo a centralização e a distribuição da produção dos produtores da região, juntamente com alimentos saudáveis a preços acessíveis à população;
- Incentivo à produção da zona rural, principalmente o extrativismo, agricultura familiar e criação de pequenos animais;
- Facilitação da formação acadêmica e profissional para a juventude ter acesso aos postos de trabalho que exigem maior qualificação.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, para gerar mais empregos e mais qualidade de vida aos trabalhadores. Somos a favor da reivindicação do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho) que pede a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o fim da escala 6x1, seis dias de trabalho e um de folga;

### **POLÍTICA FISCAL, ORÇAMENTO E DÍVIDA PÚBLICA**

Os investimentos nas áreas sociais foram limitados com a criação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2020, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma lei que foi criada com a promessa de combater a corrupção e conter os gastos públicos, mas na realidade foi uma política de “Estado mínimo”, que tinha como principal objetivo limitar os investimentos públicos, garantindo, dessa forma, o superávit primário necessário ao



pagamento das ilegítimas dívidas externa e interna às instituições financeiras.

Ao mesmo tempo, não há garantia nenhuma de punição para os políticos que não aplicam os investimentos previstos para as áreas sociais. Tampouco para os envolvidos nos escândalos da corrupção. Tratava-se, na verdade, de uma verdadeira Lei de Irresponsabilidade Social.

Posteriormente, no governo Temer, tivemos a Emenda Constitucional 95, conhecida como Teto dos Gastos, que limitou ainda mais os investimentos nas áreas sociais e no serviço público de forma geral, mas garantindo o pagamento integral dos juros da dívida.

No governo LULA, em 2023, foi aprovado o Arcabouço Fiscal, que substituiu o Teto dos Gastos, mas manteve o controle rígido aos investimentos nas áreas sociais, penalizando ainda mais os que necessitam do acesso à saúde, educação, moradia, aposentadoria e trabalho digno.

O orçamento de São Luís em 2024 está por volta de 4,7 bilhões de reais. No entanto, esse montante de recursos não tem sido utilizado para combater a exclusão social. Não existem medidas efetivas para atender as necessidades de saúde, habitação popular ou mesmo de educação da população ludovicense.

Enquanto isso, tem dinheiro para efetuar o pagamento da dívida pública. Somente em 2024 está previsto no orçamento municipal o pagamento de 195,8 milhões de reais para amortização, juros e encargos da dívida, sendo um valor bem superior ao orçamento da assistência social (83,1 milhões de reais), transporte (63,3 milhões de reais), cultura (34, 7 milhões de reais), agricultura (18,5 milhões de reais), segurança pública (6,3 milhões de reais), Desporto e Lazer (4,9 milhões de reais), comércio e serviços (2,4 milhões de reais), Gestão ambiental (559,4 mil reais), trabalho (110,7 mil reais) e Habitação (5 mil reais).

Os gastos com salários dos servidores municipais e encargos sociais são mínimos, inferiores aos 60% permitidos pela famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa economia no investimento com o serviço público é fruto de uma política sistemática de precarização das condições de vida e de trabalho dos servidores.

No que tange à transparência, a prefeitura de São Luís, na gestão de Eduardo Braide, segundo levantamento da Secretaria do Tesouro Nacional, está na última posição entre as 26 capitais do país no ranking da transparência, do volume e da precisão das informações sobre gastos, com o conceito “D” no Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF).

A Câmara Municipal, por sua vez, apesar de sua maioria se comportar como oposição



ao atual prefeito Eduardo Braide (PSD), não cumpre seu papel de fiscalizar o Executivo e, mesmo com denúncias de favorecimentos de empresas e institutos com contratos emergenciais, tem pouca moral para investigar, pois vereadores e vereadoras estão envolvidos em escândalos, como o mal uso das emendas parlamentares, que estão sendo investigadas pelo Ministério Público Estadual, o qual já ofereceu 05 denúncias. Mas quando o interesse é do setor empresarial, como no caso da revisão do Plano Diretor, prefeito e vereadores se juntam e aprovam conjuntamente o que lhes é de interesse.

### **Defendemos:**

- Submeter o orçamento à deliberação dos trabalhadores e do povo mais carente de nossa cidade, organizados no Conselho Popular Municipal, que terá a atribuição de decidir onde serão aplicados os recursos públicos;
- Aumentar a arrecadação, instituindo um sistema tributário progressivo e a cobrança rigorosa de todas as dívidas fiscais com o município, particularmente as dos grandes empresários;
- IPTU fortemente progressivo, vincular ao valor do imóvel e à renda dos proprietários. As faixas inferiores devem ser isentas. Fazer estudo para determinar o aumento da progressividade e isenções de acordo com faixa de renda e valor do imóvel;
- Garantir investimentos maciços nos serviços públicos e seus trabalhadores e trabalhadoras;
- Redução dos salários e verbas do prefeito, secretários municipais e vereadores e vereadoras;
- Transparência nas contas e contratos públicos, com ampla divulgação da arrecadação e destinação dos recursos do orçamento, em locais públicos e linguagem acessível à população;
- Fiscalização rigorosa do favorecimento ilegal e da corrupção, pela administração, pelo Conselho Popular Municipal e pelo Legislativo, com a punição de corruptos e corruptores;
- Suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública do município de São Luís e de todos os empréstimos tomados pela prefeitura do município nos últimos anos, e a responsabilização e punição de todos os administradores públicos e empresas envolvidas em atos de improbidade com o dinheiro público.



## **PROTEÇÃO DA NATUREZA E COMBATE À POLUIÇÃO AMBIENTAL**

A ação humana vem comprometendo os recursos naturais de uma forma tal que hoje temos a certeza de que, se não forem adotadas certas medidas, não tardarão a se esgotar completamente. É consenso mundial entre os estudiosos que esse acelerado processo de esgotamento dos recursos naturais é produto da busca do lucro fácil e a qualquer custo. A natureza não pode mais ser comprometida em nome de uma “geração de riquezas”.

É essa concepção que está por trás da proliferação das decisões das autoridades governamentais de proteger o agronegócio, as indústrias, a especulação imobiliária etc, em detrimento da proteção ao meio ambiente.

Em São Luís, os índices de poluição do ar, das águas(rios, córregos, mar, águas subterrâneas) e do solo, causados pelo esgoto não tratado e os grandes empreendimentos capitalistas instalados, principalmente, na zona rural, são alarmantes, prejudicando bastante o trabalho tradicional e a reprodução da vida humana nesse meio: aumento dos problemas de saúde (aumento dos casos de câncer na região, doenças respiratórias com óbitos, doenças dermatológicas de diferentes manifestações, atingindo as populações mais vulneráveis (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou com outras comorbidades)), ficando evidente que existe uma relação entre a poluição e a saúde da população, não só da zona rural local, mas também de toda a ilha de São Luís.

Pesquisas científicas e os próprios índices de poluição detectados nas estações de monitoramento do ar do governo do estado do Maranhão, localizadas no Distrito Industrial de São Luís, indicam elevada contaminação das águas por metais pesados, atingindo os pescados consumidos pelos ludovicenses, e poluição do ar por dióxido de enxofre, altamente prejudicial à saúde, podendo causar mortes de pessoas.

Essa situação levou a uma reação importante de algumas organizações : o Movimento de Defesa da Ilha lançou a campanha “PAREM DE NOS MATAR!”, denunciando essa situação e a necessidade da proteção à vida dos ludovicenses; A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/Regional Nordeste 5) entrou com representações no Ministério da Saúde, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Procuradoria da República tratando a poluição da cidade de São Luís tratando da “violação do direito à saúde” e, da mesma forma, ocorreu a representação da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos nos órgãos responsáveis.



Em recente estudo da Climate Central, uma organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos, a partir de estudos da NASA e outras pesquisas climáticas, afirma que, se as emissões de gases de efeito estufa permanecerem como estão, passando a um aquecimento global de 3°C, em torno de 50 grandes cidades ao redor do mundo terão áreas inundadas com o aumento do nível do mar, inclusive parte da costa de São Luís. A poluição atmosférica é um dos elementos principais para chegar a essa situação climática.

Será uma exigência da prefeitura o cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, como a mais recente resolução 506/2024 (padrões nacionais de qualidade do ar), a qual define que o órgão ambiental estadual(SEMA) deverá divulgar em tempo real, horário ou diário, o Índice de Qualidade do Ar(IQAr). Vale ressaltar que o governo Brandão, diante dos altos índices de poluição do ar detectados, suspendeu a divulgação do monitoramento do ar do Distrito Industrial da página da Secretaria de Indústria e Comércio, contando com o total silêncio do prefeito Eduardo Braide.

### **Defendemos:**

- Controle da poluição atmosférica: controle e fiscalização de emissão de poluentes por indústrias instaladas no município. Deverão ser aplicadas penalidades, que vão de multas até o fechamento/expropriação da indústria poluidora.
- Substituir a matriz energética no transporte público, que será estatizado e ampliado, e também na frota dos veículos municipais, por fontes limpas.
- Monitorar permanentemente as condições de saúde da população do município, em especial a das áreas mais afetadas pela poluição atmosférica, doenças respiratórias e outras causadas pela poluição do ar.
- Criação de Unidades de Conservação de proteção integral (parques) e de uso sustentável(APA's), para formar corredores ecológicos entre áreas protegidas;
  - Criação da Reserva Extrativista Municipal de Tauá-Mirim;
  - Construção de um abrigo para animais silvestres, para que, quando necessário, sejam tratados, readaptados e devolvidos à natureza;
  - Criação de um serviço público para recolhimento de animais domésticos e domesticados que tenham sido abandonados ou permanecerem sem identificação do proprietário nas vias públicas, com o devido tratamento, castração compulsória e encaminhamento à adoção;
  - Conservação e ampliação de praças e áreas verdes nos bairros, com um maior plantio de árvores urbanas, de preferência frutíferas;
  - Fiscalização e punição rigorosas para os responsáveis por queimadas;



- Educação Ambiental: inclusão no currículo do ensino municipal da disciplina “educação ambiental”, com capacitação de professores e professoras; programas constantes de conscientização da população para a escassez dos recursos naturais; criação de uma Fiscalização Popular Ambiental, que teria por função fiscalizar, conscientizar e reprimir as agressões ambientais, inclusive contra a flora e a fauna, urbana e rural;
- Programa de desenvolvimento da agricultura orgânica, por meio de incentivos à agricultura familiar;
- Reavaliação das obras e projetos viários, para adaptá-los às reais necessidades do município, visando à não ocorrência ou redução dos impactos sociais e ambientais.

## **SAÚDE PÚBLICA**

A principal causa das condições precárias de atendimento do sistema público de saúde é a falta de investimentos em servidores e em um serviço público de qualidade. Trata-se da renúncia do Estado em garantir esse direito para entregá-los nas mãos do setor privado, cujo objetivo primeiro é auferir lucros para as empresas terceirizadas e parcerias público-privadas. A saúde passa então a ser tratada como uma mercadoria e não “um direito de todos e um dever do Estado”.

Consequência dessa política, temos assistido a um crescente abandono da saúde pública: desestímulo dos trabalhadores e trabalhadoras pelos baixos salários e um quadro de pessoal reduzido, falta de profissionais nas várias especialidades e péssimas condições de trabalho; longas filas para que a população menos favorecida tenha acesso a consultas, exames e cirurgias; falta de materiais básicos, equipamentos e leitos hospitalares nas unidades básicas de saúde e “socorrões”.

A contra-face dessa política é um processo crescente de privatização e terceirização da saúde pública. Com essa ausência do Estado, proliferam-se, dessa forma, os planos privados de saúde, as Organizações Sociais e Não Governamentais, as entidades “filantrópicas”, que terminam por assumir serviços que são dever do Estado. Na cidade de São Luís, a gestão de Eduardo Braide governa junto com empresas e institutos com contratos emergenciais, sem licitação e muitos desses serviços oferecidos são assumidos por institutos ligados a políticos que utilizam recursos públicos, inclusive emendas parlamentares, para dizer que estão fazendo algo pela população. Uma total inversão da política pública de saúde, uma função prioritária do Estado.



Quem mais sofre as conseqüências dessa política, além dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, que dedicaram décadas de suas vidas por um serviço público de qualidade, é a população de baixa renda, que, sem recursos, é obrigada a recorrer a um sistema público precário, colocando a vida sob condição de insegurança e risco permanente.

### **Defendemos :**

- Um sistema de saúde municipal público, totalmente estatal e de forma gratuita, desde o atendimento básico até os de média e alta complexidade;
- Concursos públicos para contratação de pessoal qualificado e com remuneração digna, garantindo o pagamento do piso da enfermagem e de outras categorias, além de acabar com a terceirização e os contratos emergenciais;
- Reparelhamento (equipamentos, medicamentos, soro antiofídico e demais produtos médicos e farmacêuticos) das Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais, com a construção de novas unidades e hospitais de média e alta complexidade, garantindo a marcação de consultas especializadas;
- Saúde integral e preventiva: aumentar a capacidade nutritiva da população mais carente, instalando nos bairros restaurantes municipais com refeições baratas e de fácil acessibilidade; realizar obras de saneamento básico, com esgotamento e garantia diária de água potável, a partir do contrato com a CAEMA que será mantido e fiscalizado e introdução de amplos programas de esporte e lazer nos bairros e periferia da cidade; investir em laboratórios de análises clínicas próprios da rede municipal; transformar as UBS em centros de promoção, proteção e recuperação da saúde, com equipes multidisciplinares durante todo o período, com turnos de trabalho condizentes; levar as consultas de especialidades para as UBS (além de clínica geral, pediatria, obstetrícia, geriatria, ortopedia, psicologia e odontologia, além de outros que se façam necessários); implantar um programa de saúde mental adequado às reais necessidades da população; atender e acompanhar a saúde básica (vacinação, pré-natal, crescimento e desenvolvimento das crianças, dos portadores de doenças crônicas, como hipertensos, diabéticos e garantia de primeiros cuidados); expandir e consolidar o PSF - Programa de Saúde da Família - com aumento da atenção primária à saúde, composta por educação em saúde e atendimento domiciliar, para não onerar a família; liberdade de escolha da terapia, oferecendo à população as formas de terapia médica disponíveis, com profissionais qualificados em homeopatia, acupuntura, massagem e fitoterapia (tratamento com plantas medicinais, com criação de hortas e laboratórios de manipulação) e outras formas que se comprovarem eticamente aplicáveis.



## **EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Vitimada pela mesma política privatista de corte de gastos nos serviços públicos, a educação segue a mesma bancarrota do sistema público de saúde. O que temos assistido ao longo dos anos é um modelo educacional em que se prioriza o crescimento do ensino privado em detrimento do público, cada vez mais precarizado.

No ranking das capitais dos estados brasileiros, de acordo com o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, a rede pública municipal de São Luís, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (4ª série / 5º ano), ficou em antepenúltimo lugar do país (24%), com a nota 4,9, e, nos anos finais, obteve a nota foi de 4,4. Demonstrando um péssimo índice de qualidade do ensino fundamental municipal.

Essa situação é causada pela situação bastante preocupante que vive a educação municipal: escolas em péssimas condições de utilização; professores e professoras sem valorização salarial, sem pagamento de progressões horizontais e verticais de titulação atrasadas e uma grande quantidade de contratos temporários precarizados; limitação da concessão da Gratificação de Dificil Acesso; a presença de um novo sistema de avaliação de desempenho baseado em critérios empresariais; parceria constante entre a prefeitura e empresas (PPPs), em contratos bastante nebulosos.

Outra questão é a falta de transparência na publicização do plano de reformas e construção de escolas, incluindo quadras poliesportivas, laboratórios, salas de professores, refeitórios, banheiros e outros espaços pedagógicos, considerando as adaptações para a acessibilidade. É necessário a publicação regular, no Portal de Transparência da Prefeitura, dos relatórios e prestações de contas dos gastos realizados com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE, do FUNDEB e da Folha de Pagamento, bem como de todos os contratos e convênios.

### **Defendemos, conforme reivindicação da categoria de professores(as) e técnicos-administrativos :**

- Investimento de, no mínimo, 30% do orçamento municipal (aproximadamente 1 bilhão e 425 milhões, com o orçamento de hoje) na educação pública;
- Garantia de direitos já concedidos a outras categorias de servidores públicos, como auxílio-alimentação e auxílio-saúde;
- Valorização, via gratificação especial, dos professores e professoras da Educação Especial;





- Respeito ao 1/3 de aula-atividade para os professores e professoras;
- Garantia do direito a afastamento dos professores para cursos de Mestrado e Doutorado – aumento dos percentuais de titulação.
- Formação continuada dos professores e garantia de seus direitos estatutários;
- Garantia de condições estruturais e pedagógicas para desenvolvimento das atividades de ensino com qualidade em todas as Unidades de Educação Básica, com quantidade adequada de funcionários, instalação de equipamentos e internet, bibliotecas, climatização de todas as escolas (com manutenção periódica e permanente).
- Garantia da autonomia das Unidades de Educação Básica;
- Ampliação de vagas para o atendimento às crianças e adolescentes com maiores dificuldades de aprendizagem, com a implementação dos serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, que não são cumpridas, atualmente, pela administração municipal;
- Eleição direta para os cargos de direção e assistente de direção pela própria comunidade escolar (professores/as, técnicos-administrativos e pais);
- Café da manhã e merenda escolar de qualidade nas escolas, com aquisição a partir da produção da zona rural de São Luís;
- Garantia da universalização das vagas em creches e pré-escolas, com construção de novas Unidades de Educação Básica, de Educação Infantil, em várias áreas da cidade, possibilitando condições para a educação da primeira infância e melhoria das condições de trabalho para os (as) professores (as);
- Investimento no atendimento da educação inclusiva;
- Educação em período realmente integral, com as aulas regulares integradas às aulas de reforço;
- Garantir um máximo de vinte e cinco alunos por sala de aula;
- Concurso público para: professores de docência, professores de suporte pedagógico, administrativos, auxiliares de serviços diversos, porteiros, merendeiras, vigilantes; garantia de equipe multiprofissionais nas Unidades de Educação Básica: assistentes sociais, psicólogos, bibliotecários, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionista;
- Ampliação e estruturação das salas de recursos em cada Unidade de Educação Básica;
- Criação e ampliação dos espaços de esportes e cultura nas escolas;.
- Realização de Campanha permanente de Prevenção e combate ao Assédio Moral e Sexual nas escolas;
- Criação de um setor de atendimento psicossocial destinado aos (às) professores (as) no âmbito da Semed;
- Edital transparente para a remoção de professores e professoras, conforme Estatuto do Magistério, Lei nº 4.749/2007 e Plano de Cargos e Carreira, Lei Nº 4931/2008;



## **HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO URBANO**

A especulação imobiliária é a principal responsável pelo crescente déficit habitacional no município, pela segregação territorial da população de baixa renda, que mora em precárias condições e sem infraestrutura urbana adequada. São moradias distantes do centro e sem serviços públicos próximos. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Benefício(PNAD)/IBGE(2023), 158 mil famílias vivem em São Luís com condições sub-humanas, em áreas com alta insalubridade, alagadiças ou áreas cujas estruturas não deveriam abrigar novas construções.

Essa situação ocorre porque o planejamento urbano é feito para beneficiar as grandes empreiteiras e especuladores imobiliários, e não para atender as necessidades da população, sobretudo as de baixa renda.

Em 2023, foi aprovada a revisão do Plano Diretor da Cidade de São Luís. O prefeito Eduardo Braide e todos(as) vereadores(as), mesmo com várias irregularidades apontadas pelo Ministério Público Estadual, aprovaram um plano que permitiu a transformação de mais de 30% da zona rural em zona urbana, além de redução de 11,5 ha das áreas de dunas e de 2% da área de recarga de aquífero (água subterrânea utilizada pela população), a não inclusão de áreas de risco de inundação e deslizamentos, redução das áreas de proteção ambiental, como a APA do Maracanã, que teve dois terços de sua área transformada em zona Urbana, e o Sítio Santa Eulália, em que metade da sua área passou a não ser mais considerada como área de proteção ambiental, ademais de outras intervenções para beneficiar o empresariado, que pretende avançar com os grandes projetos na área transformada de zona rural para zona urbana.

Os grandes empresários da construção civil, das indústrias, em acordo com o prefeito Braide e a Câmara Municipal de São Luís, conseguiram aprovar um Plano Diretor de seus sonhos, enquanto a população foi altamente prejudicada.

A aprovação da Lei 7.122/23 (Plano Diretor) abriu o caminho para a discussão, desde o segundo semestre de 2023, de uma futura aprovação da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, um instrumento jurídico complementar ao Plano Diretor, que vai determinar os usos, índices e os padrões das construções no município e que tem como um dos pontos principais a destinação de parte dessa nova zona urbana criada com o Plano Diretor em zona industrial, inclusive com indústrias mais pesadas, de logística e portuária, como a



construção do Porto São Luís no território do Cajueiro e demais expansões, numa articulação dos governos estadual, municipal e o conjunto de empresários, influenciando, nefastamente, a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim, reivindicação de 12 comunidades tradicionais da zona rural de São Luís, já que atingirá territórios contemplados na proposta aprovada pelo Ibama. Além disso, o Plano Diretor permitiu a discussão sobre o número de andares permitidos nos prédios, além de permitir verticalização em outras áreas hoje não permitidas.

### **Defendemos:**

- Por uma reforma urbana que garanta uma justa divisão e apropriação do espaço urbano pela população de forma a garantir uma melhor qualidade de vida, particularmente para a de baixa renda e da zona rural;
- Eliminar o déficit habitacional, construindo moradias populares dignas, sobretudo para as famílias com renda de até três salários mínimos, com acesso aos instrumentos públicos de saúde, educação, transporte nos bairros e comunidades a partir de um plano de obras públicas e infraestrutura, que preveja a construção de postos de saúde, escolas, praças de esporte e lazer, em áreas que serão desapropriadas para tal fim, especialmente aquelas que se destinam à especulação imobiliária;
- Eliminar as moradias inadequadas que foram construídas com materiais improvisados, com pouca durabilidade e em áreas de risco na cidade de São Luís. Como exemplo, podemos citar o importante bairro do Coroadinho que, segundo o IBGE, é a oitava maior favela do país e com várias residências inadequadas;
- Legalizar todos os bairros “irregulares” e terrenos ocupados;
- Garantir o reassentamento das famílias residentes em áreas de mananciais e de risco, para áreas seguras e, se possível, próximas ao local da própria ocupação;
- Cobrar um IPTU progressivo, ou seja, quanto maior o terreno e a área construída, além da renda do proprietário, maior será o valor cobrado. Esse valor aumentará a arrecadação para colocá-la a serviço dos investimentos públicos, sendo uma medida de justiça social e de combate à especulação imobiliária;
- Análise minuciosa dos impactos ambientais e sociais de todas as novas construções e empreendimentos, inclusive no que diz respeito ao fornecimento de água, serviço de esgoto e trânsito das regiões, como condição para autorização das obras;
- Revisão do Plano Diretor e Lei de Zoneamento, com efetiva participação do Conselho Popular Municipal, que estabeleça os planos e formas para o crescimento urbano, a partir do pressuposto de manutenção da população onde



reside, da preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, e também do acesso das populações dos bairros mais distantes do centro aos serviços públicos e privados de interesse social;

- Garantir obras de manutenção e ampliação da iluminação pública.

## **SERVIÇOS E SERVIDORES PÚBLICOS**

O servidor público é vítima direta da falta de investimentos e da precarização dos serviços públicos. Os concursos para novas contratações não atendem a demanda crescente dos serviços públicos, já que aumenta a cada ano a quantidade de pessoas que necessitam acessá-los, principalmente pelo empobrecimento da população, que passa a não ter mais acessos aos serviços privados. Apesar de faltarem vagas para concursados, as administrações municipais continuam a política de contratação, sem concurso e a título precário, como é o caso dos contratos temporários e terceirizações.

Os servidores de carreira, por sua vez, não são valorizados profissionalmente. Promove-se a precarização das condições de trabalho, cortando diversos direitos trabalhistas e aplicando um gigantesco arrocho salarial no conjunto dos servidores públicos. Ao mesmo tempo, privilegia-se a nomeação de apadrinhados da administração a cargos comissionados e serviços prestados.

À frente da Prefeitura, o PSTU vai romper com a lógica da privatização e terceirização do serviço público e valorizar os servidores, sem os quais não pode haver serviço público de qualidade e universal para a população da cidade de São Luís.

### **Defendemos:**

- Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos servidores (com nova tabela de vencimento);
- O respeito às Pessoas com Deficiência no serviço público municipal, combatendo o capacitismo interno e do público externo;
- Garantia de auxílio-alimentação, auxílio-saúde, recomposição salarial das perdas inflacionárias e ganhos reais nos salários;
- Garantia das promoções na carreira e a instalação democrática da Mesa de Negociação Permanente com as entidades representativas dos servidores públicos, como o Sinfusp, Sindeducação, Sindsaúde e Sintaema;
- Respeito aos pisos salariais e implementação no contracheque, como o recente piso da enfermagem para enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares



de enfermagem;

- Pagamento de férias para os Serviços Prestados;
- Ampliação da cota atual de 40% dos cargos comissionados para servidores do quadro efetivo;
- Realização de concursos públicos;
- Reestruturação e revitalização do Centro de Convivência do IPAM;
- Combate ao Assédio Moral e Sexual no serviço público com campanhas preventivas e punição aos praticantes;
- Regulamentações objetivas sobre lotação, relocação e permuta dentro do serviço público municipal para que ocorra de forma transparente e democrática;
- Criação de um Hospital do Servidor Público Municipal;
- Condições dignas de trabalho, com formação e equipamentos de trabalho para os guarda-vidas, agentes de trânsito e guardas municipais;
- Garantia de pagamento imediata das horas extras aos servidores que têm direito;
- Fim da privatização e terceirização dos serviços públicos;
- Estabelecimento oficial da "data-base" para os servidores públicos municipais;
- Plano de Investimento no serviço e nos servidores públicos municipais, com um plano de capacitação continuada;
- Jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salário e sem prejuízo no atendimento à população.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social, por vezes, ainda é vista como um favor prestado aos setores de trabalhadores vulneráveis, na contra-mão do que prevê o Artigo 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Lei 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei 12.435/2011 que organiza serviços, benefícios, programas e projetos sob a lógica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Os trabalhadores que sofrem com a exclusão social são classificados como incapazes, desqualificados e desinteressados. Enquanto tais necessitam da "caridade" das autoridades governamentais como as denominadas "bolsas de auxílio".

Na verdade, a questão social não é responsabilidade do trabalhador, mas do sistema sócio-econômico no qual ele está inserido. Por isso a Assistência Social é direito do trabalhador e uma obrigação do município, de forma a que a população mais vulnerável possa ter uma vida mais digna. Trata-se de uma área que deve ser assumida diretamente pelo governo



municipal, sob o comando da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), com orçamento e planejamento compatível com as demandas da população, considerando as especificidades e potencialidades dos territórios e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.

Não bastam ações pontuais, fragmentadas em diversos projetos, sem a devida estrutura e integração, executadas com recursos escassos e com critérios seletivos que acabam excluindo aqueles e aquelas que estão fora da rede de proteção, muitas vezes os mais vulneráveis e com precário ou nulo acesso a bens e serviços.

Por se tratar de uma política de proteção social, é de suma importância fortalecer os serviços da proteção social básica, onde se prima pela prevenção, pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na perspectiva da emancipação dos sujeitos sociais.

Atualmente, essa política do governo municipal está na contra-mão dos preceitos normativos, com unidades sucateadas, equipes incompletas e algumas permanecem sem gestão. Isso impacta significativamente no acompanhamento social de famílias e indivíduos que precisam dos serviços que lhes são de direitos no campo da assistência social.

Os concursos realizados contemplaram, em quantidade insuficiente, apenas assistentes sociais, psicólogos e advogados, sendo o restante do quadro em contrato precarizado (constantemente substituídos), em serviços prestados e com salários ainda mais baixos.

Os salários dos servidores efetivos são muito baixos. O plano de cargos e salários do Município de São Luís, não contempla os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, dada as especificidades do serviço prestado, sobretudo nas unidades de acolhimento e nas áreas de risco, pois com a implantação do SUAS, os serviços da política de assistência social foram reorganizados e ampliados, sobretudo nas metrópoles brasileiras, exigindo novos padrões de qualidade e funcionamento.

Os serviços de acolhimento que funcionam 24 horas por dia, são garantidos por servidores precarizados, que além de trabalharem em condições inadequadas, não recebem nenhum adicional quando encontram-se de plantão e em áreas consideradas de risco para a realização do trabalho.

Além disso, a grande maioria das unidades não são localizadas em imóveis próprios, sendo locados, causando uma falta de identidade com a população, pois mudam constantemente de local : dos 20 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS),



apenas 30% estão em prédios próprios; dos 05 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), apenas 01 tem prédio próprio; todos os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros pop) são alugados, como também todas as unidades de acolhimento. Um grande problema das unidades, principalmente nas que são locadas, é a falta de acessibilidade, necessitando estarem próximas da população mais vulnerável (periferias) e com espaços adequados e próprios para garantia de acessibilidade plena para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Diante desse cenário, é necessário reverter essa situação, já que em torno de apenas 30% do quadro da SEMCAS é composto por servidores efetivos, por concurso público. É necessário ampliar e qualificar o quadro efetivo, incluindo, além desses três cargos existentes, outros profissionais em conformidade com a Resolução nºs 17/2011 (cargos de nível superior) e 09/2014 (cargos de nível médio e fundamental) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), considerando a realidade local.

É preciso qualificar a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - definindo junto com a população a partir das conferências municipais e com os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, as prioridades para o Plano Plurianual e aplicação dos recursos conforme a necessidade da população.

Desta forma, são necessárias equipes de referência em quantidade e no quadro efetivo do município, conforme a Norma Operacional Básica do SUAS, a Lei Municipal do SUAS e investimentos nos serviços de proteção básica e ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ou seja, focando nas ações de prevenção às situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

#### **DEFENDEMOS:**

- Plano Emergencial: Instituir uma cesta básica mensal para as famílias que necessitam; lavanderias populares nos bairros vulneráveis socialmente; criação de casas-abrigo para as mulheres e crianças vítimas da violência doméstica, com estrutura e atendimento interdisciplinar, além do pagamento do aluguel social; investimentos em equipes interdisciplinares para acompanhamento das crianças vítimas da exploração sexual; fim da terceirização da assistência social, com a contratação de todos os profissionais por meio de concurso público;
- Garantia da estrutura física, com inclusão e acessibilidade, das unidades de todo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- Desprecarização do trabalho com realização de concursos para os vários cargos de referência;



- Ampliação e garantia de espaços próprios para as unidades do SUAS;
- Plano de Cargos, Carreira e Salários dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS que considere a natureza da prestação de serviço (proteção básica, especial de média e alta complexidade) e uma política de formação, ampliação de direitos e de aumento salarial;
  - Adicional para atividade de risco para os servidores que trabalham em unidades de atendimento localizadas em áreas consideradas de risco;
  - Fortalecimento do controle social a partir do Conselho Municipal de Assistência Social, com capacitação permanente para garantir esse controle;
  - Definição de percentual de orçamento que dê conta de qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais e atender as necessidades emergências da população.
  - Qualificação na implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS-, com ações básicas e específicas integradas, conforme a necessidade da população;
  - Fortalecer a articulação com políticas geradoras de trabalho, com empregos formais e políticas sociais universais como saúde, habitação, saneamento básico, educação, como consta dos demais tópicos do programa.

## **CULTURA POPULAR**

São Luís possui uma grande diversidade de manifestações culturais que se apresentam durante todo o ano, mas, infelizmente, os artistas da terra são desvalorizados e apenas um grupo seleto da cultura local e artistas nacionais são valorizados. Esses grupo mais seleto possui ligações políticas com o governo, com veradores e com seus aliados políticos, controlando os recursos, sem transparência e nenhum critério justo e democrático.

O Estado, através da gestão municipal, não pode se apropriar da cultura, muito menos tentar instrumentalizá-la para usar em seu benefício. O seu papel é de estimular cada vez mais a criação, acesso e desenvolvimento das múltiplas expressões da cultura em nosso município.

### **Defendemos :**

- Implantação de uma política de valorização da cultura, de forma democrática e igualitária, garantindo orçamento e financiamento para as práticas culturais;
- Defesa da cultura como eixo formativo às práticas educacionais, formando toda comunidade educacional (estudantes, professores/as), para preservação e valorização do patrimônio material e imaterial;
- Espaços e centro culturais públicos permanentes para as apresentações, realização de encontros e festivais, buscando o pleno funcionamento do Conselho





Popular Municipal, que definirá a disponibilidade dos recursos no orçamento municipal para a Cultura;

- Ampliação da noção de cultura para, inclusive, respeitar o modo de vida das comunidades e populações tradicionais assegurando-lhes total capacidade de reprodução de sua existência, desde suas manifestações artísticas até seu modo de sobrevivência material, ameaçado pelas iniciativas de grandes projetos econômicos de desenvolvimento, a exemplo da construção do porto privado na comunidade tradicional do Cajueiro e outros empreendimentos nas comunidades tradicionais da zona rural de São Luís (Taim, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Vila Coliê, Porto grande, Vila Maranhão, Camboa dos Frades, Coqueiro, Pedrinhas, Portinho, Embaubal, Jacamin, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim, dentre outras).

## **COMBATE À OPRESSÃO CONTRA MULHERES, NEGROS(AS) E LGBTQIAP<sup>+</sup>**

O PSTU luta contra a opressão e exploração das mulheres, negros(as) e comunidade LGBTQIAP<sup>+</sup>. Oprimir é uma forma que o capitalismo utiliza para dividir nossa classe e criar uma guerra entre nós para se beneficiar dessa opressão e reduzir nossos direitos.

Entendemos que a luta contra a exploração capitalista é inseparável da luta contra as diferentes formas de opressão, e não é possível lutar contra a opressão sem lutar contra o capitalismo.

Sabemos que com o poder municipal tem limitação para fazer todas as mudanças que necessitamos, principalmente em uma cidade onde o poder econômico está nas mãos dos poderosos, mas a prefeitura de São Luís na gestão do PSTU será uma trincheira de luta e combate contra toda forma de opressão.

### **DEFENDEMOS:**

- Fim das desigualdades no mercado de trabalho, da exclusão social e da violência a que estão submetidos mulheres, negros(as) e LGBTQIAP<sup>+</sup>;
- Abaixo o racismo, o machismo e a Lgbtfobia Pelo fim da violência à mulher: abaixo os feminicídios, as agressões e os estupros; punição exemplar aos agressores; suporte do Estado às mulheres vítimas de violência; direito das mulheres à autodefesa.
- Salário igual para trabalho igual. Exigências de programas de igualdade salarial e de oportunidades de contratação e ascensão profissional para mulheres, negros e homossexuais;
- Construção de creches públicas a fim de ser uma ferramenta importante



- para a emancipação das mulheres;
- Combate permanente Por reparação histórica, fim da superexploração e do genocídio da juventude negra e pobre, e o fim das desigualdades sociais entre negros e brancos.
  - Criação de Centros de Referência da Mulher e abrigos com orientação, formação profissional e infraestrutura necessária para acolher, assistir, com apoio jurídico e psicológico, e prevenir crianças, adolescentes e mulheres que sofrem violência doméstica, física ou sexual;
  - O aborto é uma questão de saúde pública e de direito das próprias mulheres decidirem sobre seus corpos. É necessário garantir o aborto legal em toda rede pública de saúde;
  - Por uma política de planejamento familiar e acompanhamento social das famílias de baixa renda;
  - Criar políticas de saúde pública que atendam às mulheres em todas as fases de sua vida e que respeite toda a diversidade (negras, jovens, lésbicas, idosas, portadoras de deficiência);
  - Educação sexual e distribuição ampla de contraceptivos pela rede pública de saúde, para homens e mulheres de todas as idades, com acompanhamento médico e atendimento integral à saúde das pessoas.

## **ESPORTE E LAZER PARA OS TRABALHADORES(AS) E A JUVENTUDE**

A prática do esporte e o lazer são garantias de saúde. A Organização Mundial de Saúde informa que cada dólar gasto em esporte representa três dólares economizados na saúde. Por isso, tal como a saúde, o esporte e o lazer devem estar voltados aos interesses da maioria da população e não de setores privados.

É preciso colocar um fim à criação de espaços esportivos que visam atender os interesses das construtoras ou promover políticos ou para embelezar alguns poucos bairros e fazer festas de inauguração, principalmente às vésperas das eleições. Obras essas que logo são abandonadas não contando com a necessária manutenção. É o que normalmente ocorre com os campos, quadras e praças da periferia.

Também não há qualquer incentivo à prática de esportes para a população, principalmente ao esporte amador e coletivo, tampouco há projetos ou programas de incentivo ao esporte para a população adulta e idosa, para as pessoas com deficiência, para as mulheres e adolescentes, o que contribuiria para se criar uma população mais saudável.

O que se necessita é um real incentivo às práticas esportivas e ao lazer.

**Defendemos:**

- Investir no esporte e no lazer público de forma a realizar um trabalho integrado com a saúde, educação e cultura visando desenvolver o espírito crítico e solidário da população;
- Incentivo ao esporte amador em todas as modalidades, em especial nas modalidades coletivas e nos bairros da periferia;
- Manutenção e dotação dos equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades esportivas nos locais já existentes;
- Criação do Fundo Público Municipal do Esporte, para que haja financiamento público para as atividades esportivas - com investimentos transparentes e com controle do Conselho Popular Municipal;
- Atender a demanda e atuar de forma mais efetiva junto à população mais carente, de forma a utilizar o esporte para transformar o quadro social de vulnerabilidade de grande parte da população;
- Descentralização das atividades esportivas para permitir o acesso aos moradores dos bairros da periferia, a partir de um diagnóstico desses bairros, visando oferecer atividades em diversas modalidades.

**TURISMO INCLUSIVO, CULTURAL E COMUNITÁRIO**

O turismo deve ter uma relação estreita com a cultura, com nossos recursos naturais e a garantia da preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente. Faremos investimentos públicos nas várias regiões para que se evite a privatização dos diversos pontos turísticos no município de São Luís, muitos deles ocupados e em desrespeito às áreas de preservação ambiental.

As comunidades urbana e rural necessitam se organizar para atender aos visitantes e os turistas locais e mostrar as belezas de nossa cidade. O turismo não deve ser garantido somente para os que vem de fora e devemos garantir condições para que a população mais carente tenha condições de acesso ao turismo.

**Defendemos:**

- O reforço em relação à vocação da cidade como polo turístico a serviço do desenvolvimento humano, preservando e garantindo à população local e aos que vem de fora o nosso centro histórico, os rios, as praias, as manifestações culturais e os instrumentos públicos e culturais;
- A proteção à natureza que envolve o cuidado com o saneamento básico, sob responsabilidade da CAEMA, os licenciamentos ambientais concedidos e renovados no município de São Luís e a fiscalização em relação à poluição do ar, das nossas águas e do nosso solo;



- Política de preservação do patrimônio material de São Luís e qualificação profissional para o atendimento ao turista e aos ludovicenses.